

seus trabalhos numa estrutura do turismo brasileiro. Agora, é preciso entender que a urgência urgentíssima aconteceu após o dia 15 de fevereiro, quando o Congresso Nacional foi aberto e o Governo mandou a sua mensagem dizendo que iria legalizar o jogo. Lembro-me de que em seguida criei a Frente Parlamentar contra a legalização dos bingos e o advento de Waldomiro. Até que enfim esse rapaz prestou um bem ao País, porque provocou essa discussão que certamente nós ficaremos livres da mazela de termos o jogo institucionalizado neste País. Por isso, recomendo à minha Bancada que votemos pela urgência e relevância para que possamos discutir essa matéria agora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o encaminhamento, em nome da Bancada do PT e do Bloco de Apoio, é pela urgência e relevância da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O voto é “sim”.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, de forma muito clara, que podemos fazer os discursos mais inflamados do mundo, mas se a MP não for mantida, o resultado prático será o retorno de toda a jogatina ilegal no País com toda a vinculação. Sabemos que parcela do jogo de bingo conta com o crime organizado, pois não há fiscalização nem qualquer tipo de controle. Além disso, o jogo está ligado, como todos sabemos, às máfias nacionais e internacionais do crime. Portanto, podem fazer todos os discursos inflamados e tentar responsabilizar quem quiser. Se não for mantida, neste plenário, a posição de fechar tudo que estava na ilegalidade e não houver qualquer tipo de regulamentação, abriremos novamente as portas para toda a gama de ilegalidades e de permissividade com vinculação à criminalidade no Brasil. Estaremos nos acumpliciando ao jogo. Poderemos, então, fazer qualquer discurso, mas na prática o resultado será único e exclusivo. Quem defender que não há urgência nem relevância estará reabrindo a jogatina, no nosso País, sem legalização, sem regulamentação, sem qualquer tipo de controle e fiscalização.

Sr. Presidente, a nossa posição é muito clara: pela moralidade. Podemos debater, podemos discutir. A proposta do Senador Maguito Vilela é coerente: zera tudo, e poderemos legislar sob a ótica da fiscalização, construída na moralidade e no respeito ao bem público que precisamos ter em nosso País.

Sr. Presidente, contra os discursos! Na prática, quem não permitir a votação no dia de hoje estará a favor do vínculo entre crime organizado e uma parcela da jogatina.

A SRA. HELOISA HELENA (Sem Partido – AL) – E quem não indica membro de CPI é vinculado ao narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço um minuto... Senadora Heloísa Helena! Senador Arthur Virgílio, um minuto de atenção! Senador Agripino Maia! Senador Renan Calheiros!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Se este clima permanecer no plenário, serei obrigado a suspender a sessão.

V. Ex^a continua com a palavra, nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a interrupção, por dez minutos, desta sessão para tentarmos construir um entendimento com os Líderes do PFL, do PSDB, do PDT... O Senador Ney Suassuna já externou sua concordância sobre o encaminhamento dos trabalhos. Penso que é uma matéria que impõe responsabilidade e reflexão. Não interessa um tribunal de acusação moral contra alguém, mas a busca do entendimento que faz parte das responsabilidades do Congresso Nacional e da democracia brasileira. Senador Arthur Virgílio, sugiro que suspendamos a sessão por dez minutos para que construamos um entendimento para encaminhar a sessão. É um entendimento que procuro construir com os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros. Pela última vez, advirto: se o clima permanecer como está, suspenderei a sessão. Em seguida, darei a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, mais do que nunca é preciso falar ao bom-senso da Casa. Este clima não é característico do Senado. Pouquíssimas vezes na história do Senado nos deparamos com este clima tão exacerbado. Mais do que nunca, queria pedir – com a audiência dos Líderes – que tivéssemos 10, 15 minutos, o que fosse necessário, para construirmos um consenso. Não adianta votar neste clima de exacerbação. Sei que empregos estão em jogo. Todo o País sabe disso. O Presidente tem direito de veto. É um direito constitucionalmente assegurado. De nada adianta votarmos emocionalmente sem construirmos uma diretriz segura e definitiva. Isso não leva a absolutamente nada. Nós vamos bater

cabeça, confrontar posições. O Brasil vai perder, os trabalhadores do bingo vão perder e não construiremos uma posição. Confio no bom senso de V. Ex^a. Em uma audiência com os Líderes, gostaria de conversar com todos, que tenhamos alguns minutos para construirmos um consenso. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Como a Mesa não pode suspender a votação, mas pode aguardar, durante 15 minutos, para concluirmos a votação, assim iremos proceder, para que o ambiente no plenário possa conseguir uma votação tranqüila para o interesse da nossa Casa.

Depois proclamarei o resultado. Espero 15 minutos para completar o painel.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, formulei uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, o Senador José Agripino.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, formulei umas dez vezes, como Relator da medida, uma questão de ordem!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino. Em seguida, darei a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acolho com muita simpatia a solicitação do Senador Renan Calheiros, mas não há exacerbação. O que está havendo é processo de votação. O voto é muito consciente. Essa é uma matéria madura e cada qual vota de acordo com sua convicção.

Se pudermos ter uma conversa, nós a teremos, mas que não se interrompa o processo de votação que está em curso. Há oradores e as manifestações estão acontecendo. Se quiserem uma conversa em particular entre os Líderes, estou pronto para isso, mas não que isso signifique interrupção do processo de votação até porque 45 Srs. Senadores, de forma muito convicta, já votaram.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador José Agripino, é o que a Mesa declarou que está fazendo.

Ela está aguardando justamente a conversa entre os Líderes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, estou reiterando a posição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero dizer à Casa e a todos que nos ouvem que procurei o diálogo com os Líderes de todos os Partidos nesta Casa.

Ouvi 28 Governadores de Estado deste País, já ouvi os técnicos da Caixa...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – São 27 Governadores.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – ... e o Distrito Federal.

É uma questão de matemática: são 27. Com o Distrito Federal, são 28.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não é, não. São 27 com o Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Efraim Morais, há um orador inscrito.

É uma questão de ordem, V. Ex^a não pode interromper o orador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas ele disse que ouviu 28 Governadores...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – V. Ex^a não pode interromper o orador numa questão de ordem!

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, V. Ex^a está vendo que a Oposição está querendo tumultuar! Estão querendo tumultuar! Não estão querendo ouvir a verdade!

Eu, como Relator, gostaria de ser ouvido. Ouvei os Governadores de Estado, ouvi os técnicos da Caixa, ouvi os maiores dirigentes de bingo deste País e tenho procurado insistentemente os Líderes desta Casa para encontrarmos uma saída honrosa.

Sabemos que é um problema seriíssimo, mas todos têm que saber que a urgência e a relevância existem. O próprio tumulto provocado no plenário justifica uma decisão desta Casa, uma decisão do Senado.

Temos que decidir; todavia é muito melhor a proposta do Líder Renan Calheiros de reunirmos os Líderes e tentarmos construir uma alternativa do que ficarmos aqui discutindo a noite inteira e não chegarmos a conclusão nenhuma. Portanto, quero dizer aos Líderes que o Relator está aberto ao diálogo, que o Relator aceita mudanças desde que a maioria dos Líderes assumam também a responsabilidade juntamente com o Relator.

Podemos construir a alternativa aqui e agora, mas desde que todos assumam sua responsabilidade juntamente com o Relator. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que há desvio de finalidade neste debate. Estamos única e exclusivamente decidindo sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade. Não cabe aqui essa discussão de mérito que propõe o Líder Renan Calheiros e o Relator Maguito Vilela. Cabe a cada Senador, por convicção pessoal, definir se entende essa matéria como constitucional ou inconstitucional. É dever do Congressista, é dever do legislador, é, portanto, dever do Senador da República defender a Constituição que ele próprio subscreveu como Constituinte ou apoiou como cidadão.

Portanto, Sr. Presidente, eu apontaria aqui seis vícios de inconstitucionalidade, que apontarei depois da discussão de mérito como argumento número um para a rejeição dessa medida provisória. Mas cabe agora tão-somente deliberar sobre constitucionalidade. Se os Líderes quiserem se reunir depois, **a posteriori**, se essa matéria prevalecer, se a Casa entender como constitucional, que se reúnam para discutir o mérito. Mas, agora, Sr. Presidente – e V. Ex^a agiu com sabedoria – não há como interromper o processo de votação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de responder ao Senador Maguito Vilela que o tumulto que houve no Plenário foi causado por alguns líderes, inclusive da base do Governo, principalmente o Senador Romero Jucá e a Senadora Ideli Salvatti, que discutiram o mérito no momento em que era apenas para encaminhar o voto “sim” ou “não”. A própria Senadora Ideli Salvatti tem um projeto de adequação, de regulamentação dos bingos. Então, como é que, de agora em diante, quem vota a favor é isso ou aquilo? Na realidade, cada um deve votar de acordo com a sua consciência. Quem entende que deve ser feito por medida provisória vota “sim”; quem entende que não deve votar “não”. E daí em diante, vamos votar e discutir o mérito. O tumulto foi causado por isso somente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando tentei corrigir aqui o Relator, disse que temos 27 Governadores, e ele insistia que eram 28. Então, quero somente dizer que era uma correção, até pelo momento. Sei que ele sabe que são 27, a não ser que o “Estado do Chiquinho” já esteja criado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Mesa está aguardando os 15 minutos concedidos às Lideranças para que possam reunir-se.

É do meu dever, como Presidente da Casa, dizer ao Plenário que, se votarmos a matéria, deixando de considerá-la urgente e relevante, a medida será arquivada, o que significa que todos os seus efeitos proclamados desaparecerão. Como isso tem uma grande repercussão na opinião pública, peço aos Srs. Senadores que saibam as conseqüências da votação que estamos procedendo, para que as decisões não sejam tomadas emocionalmente e que a Casa possa refletir bem o que está votando e as suas conseqüências.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a atenção da Casa, principalmente das lideranças, para encontrarmos o caminho ontem sugerido, de que se votaria hoje esta medida, sem os caça-níqueis e com o jogo das cartelas. Essa é a tese lógica que todos devem aceitar. Mas devemos votar hoje. Isso feito, acredito que todos queiram, porque nenhum de nós tem interesse – como disse V. Ex^a indiretamente – de abrir o jogo totalmente no País. Não temos esse interesse. Mas é a intransigência de um lado que está levando a isso.

Conseqüentemente, se o bom senso prevalecer, haverá esse equilíbrio. Se não prevalecer, essa medida provisória vai cair pela urgência e pela relevância, e vamos ficar numa situação mais difícil no futuro. Vamos, os petistas, os peemedebistas, pefelistas, o PDT, todos os Partidos, vamos encontrar o caminho por intermédio do Senador Maguito Vilela, que se dispõe a isso. Mas é preciso encontrar o caminho rapidamente, porque a votação não pode ficar indefinida.

V. Ex^a poderia permitir mais tempo para que se encontrasse esse caminho, até mesmo suspendendo a sessão. Talvez, regimentalmente, não possa suspender a votação. Mas o assunto é tão grave, é tão importante, que encontraríamos hoje a solução para

os bingos e, ao mesmo tempo, a solução de não abrir o jogo, como se deseja pela via da negação da relevância e urgência da matéria.

Faço este apelo porque sei que é o de V. Ex^a, pois preza o Senado e o Congresso. Este não fica bem abrindo o jogo, em geral, mas vai ficar muito bem se permitir os bingos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Esclareço ao Plenário que, de acordo com a solicitação do Senador Antonio Carlos Magalhães, S. Ex^a quer abrir uma discussão sobre o mérito, mas estamos em uma fase preliminar sobre relevância e urgência. Só poderemos abri-la se o Plenário considerar a votação da urgência e da relevância e aprová-la. Sem essa aprovação, não poderemos entrar no mérito. Então, as lideranças poderão negociar a respeito. A Mesa guardará a decisão.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me que a Casa serenou.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Graças a Deus.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Graças à condução dos trabalhos, pois V. Ex^a preside com competência.

Nesse ambiente de serenidade, devemos meditar. Já não está na hora de falarmos apenas por um partido político. Está na hora de nos posicionarmos perante o País. Creio que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem razão.

Tenho observado o sentimento desta Casa. Tenho conversado com muitos dos Srs. Senadores. Cada um de nós tem recebido sucessivos apelos nas ruas, nos corredores do Senado, para que se encontre uma solução adequada ao problema. Creio que não se deve mais politizar a matéria, ao menos hoje. Assim, Senador Antonio Carlos Magalhães, quero associar-me às suas palavras, para que assim procedamos, mas é preciso que todos concordem, e que a solução saia hoje, tem de sair ainda hoje, porque, quanto mais adiarmos a solução desse problema, mais aflições estaremos criando, mais insegurança estaremos gerando para o País.

Se há vontade de construir uma solução, que isso seja feito. Tomemos aquela solução desejada nos bastidores, nos corredores, não politizemos a

matéria, votemos o mérito hoje, de acordo com o que está aceito.

Vamos abolir os caça-níqueis, mas vamos aceitar o bingo, sem a existência de máquinas, sob a fiscalização da Caixa Econômica. Isso é da nossa índole, Sr. Presidente, Srs. Senadores. É isso que a sociedade está esperando. Por que vamos retardar esse processo, por que vamos nos apegar a filigranas nessa hora?

Prefiro votar de acordo com o destaque do Senador Leomar Quintanilha. Acredito que essa é a solução para resolver definitivamente nossos problemas. Quer seja o Partido do Governo, o PFL, o PSDB, o PMDB, o Partido socialista, o PDT, qualquer dos partidos, façamos isso, porque é o que a Nação deseja. Há empregos a serem defendidos. Não se pode, de uma hora para outra, gerar uma insegurança jurídica, como foi criada por meio dessa medida provisória. Ela tem que ser resolvida logo.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a apresentou uma solução que reflete o pensamento da maioria desta Casa. Se isso for aceito, votamos hoje e não precisamos impingir derrota a ninguém. Que isso não seja vitória nem derrota de ninguém, mas solução para alguns dos problemas que afligem o País.

Sr. Presidente, 55 Senadores já votaram, mas o próprio teclado nos explica: se errarmos e quisermos mudar o voto, enquanto V. Ex^a não encerrar a votação, podemos fazê-lo. Aqueles que votaram de uma maneira ou de outra e quiserem rever as suas posições podem fazê-lo. Mas isso tem que ser feito hoje, porque tudo aqui tem sido demorado demais. A verdade é essa. Falam em criar-se uma comissão, mas quando será? Então, não é urgente.

Não podemos ser incoerentes, Sr. Presidente. Se vai se criar comissão, não é urgente. Dei a minha opinião, Sr. Presidente. Faço esse registro nos Anais da Casa. Creio que esse é o pensamento da expressiva maioria desta Casa. Vamos construir essa solução.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Srs. Líderes, Senador Arthur Virgílio, eu pediria a V. Ex^{as} que ouvissem um pouco a sugestão da Mesa.

Pelo que ouvi, todas as discussões são sobre as questões de mérito. Se tomássemos uma medida radical, barrando qualquer exame do mérito, votando de início a medida como inconstitucional, nós estaríamos fechando a porta para que se discutisse o mérito.

Creio que V. Ex^{as} poderiam alcançar o mesmo objetivo: aprovaríamos a constitucionalidade e, em seguida, sustaríamos a sessão, para que as negociações sobre o mérito fossem feitas imediatamente.